

Estado refém do setor elétrico: 68% da energia vêm de fora

Deficiência capixaba se revela neste período de poucas chuvas e quadro crítico

DE NISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Passados mais de 10 anos do racionamento elétrico no país, o Espírito Santo continua sendo importador de maior parte da energia que consome, cerca de 68%. É verdade que a segurança energética é maior por causa de mais um linhão (Ouro Preto – Vitória) e pela construção de duas termelétricas, mas o Estado continua dependente e importador.

A regulamentação do setor elétrico, que abriu o mercado e permitiu que o mercado privado pudesse participar dos leilões para construir térmicas para os períodos emergenciais, deu certo alívio, mas um período maior de estiagem, como agora, mostra que ainda há muita insegurança nessa área.

Com um total de 1.378.557 consumidores que necessitam de 9.768 GWh de energia, o Espírito Santo, diferentemente de 2001, hoje tem duas usinas termelétricas e várias pequenas hidrelétricas (PCH), além de autoprodutores, mas a dependência da importação ainda é grande.

As duas usinas, uma em Viana (Tevisa), movida a óleo combustível, e outra em Linhares (Linhares Geração), movida a gás natural, outras sete deveriam se juntar também no Estado para gerar energia sempre que o Operador Nacional do Sistema (ONS) solicitasse.

Duas estão funcionando e, neste momento, estão despachando, como se

diz no jargão do setor elétrico, energia para atender o sistema neste período em que os reservatórios das hidrelétricas estão muito baixos.

Porém, a terceira, em Aracruz, que deveria começar a operar neste mês de janeiro, nem começou a ser construída por vários impedimentos, incluindo mudança de dono, problemas de licenciamento ambiental, entre outros.

CRESCIMENTO

Especialistas são unâimes em afirmar que seria impossível garantir o abastecimento energético se o crescimento do país tivesse sido nos índices esperados pelo governo federal, isso é, próximo dos 4%. Como foi pouco mais de 1%, o Brasil ficou livre, até agora, de apagões e até de racionamento.

Para evitar essa situação novamente, o diretor-geral da Agência Estadual de Serviço de Energia (Aspe), Luiz Fernando Schettino, disse que os estudos mostram que o país precisa garantir um crescimento de 5% ao ano, até 2020, na geração de energia elétrica.

“Para isso, teríamos que estruturar um ‘PAC do setor elétrico’, um programa amplo para incrementar todas as fontes de geração, incluindo a autogeração, a energia solar, eólica, biomassa, as pequenas centrais hidrelétricas, as térmicas e a continuidade dos investimentos nas hidrelétricas”, avalia.

Enquanto isso não ocorre, o Estado deve receber, ainda este ano, seu primeiro linhão de 500 KV, que ligará Mascarenhas (MG) a Viana para dar mais segurança ao sistema.



Usina termelétrica de Linhares, uma das que foram acionadas pelo ONS para suprir deficiência energética

DA GERAÇÃO À REDE

Distribuição

Apesar de pequeno, o Espírito Santo tem duas concessionárias, sendo que a maior parte dos municípios, 67, são atendidos pela EDP Escelsa e ou outros 11 pela Empresa Força e Luz Santa Maria, que gera apenas 2% da energia que distribui, por meio de quatro pequenas centrais hidrelétricas, e compra todo o restante da Escelsa. A sua atuação é na região Noroeste do Estado. Devido ao modelo elétrico nacional, a Força e Luz só poderá gerar mais energia se participar dos leilões ou formar outra empresa para isso.

Térmicas

Há duas usinas térmicas que já são ativadas em situações de emergência

no Estado. Uma em Viana e outras em Linhares. Outras sete poderiam ser construídas, mas uma está com problemas (em Aracruz) e dos outros seis projetos, três foram vendidos para o grupo do empresário Eike Batista e outras três o grupo Bertin comunicou à Aneel que não pretende construir.

Geração

O sistema elétrico brasileiro funciona de forma interligada, com exceção de uma pequena parte da região Norte. A energia colocada no sistema, na primeira semana de janeiro, foi 64,94% gerada pelo sistema hídrico, pela Itaipu Binacional, 2,06% nuclear, 17,33% termelétrica, 0,67% eólica.

Plano solar: consumidor passa a ser fornecedor

Uma das propostas para diminuir a conta de luz no Estado é a instalação de geradores de energia solar nas residências para torná-las autossuficientes e ainda disponibilizar o que sobrar para o sistema. É um sistema diferente do que foi implantado no bairro Barcelona, na Serra, no projeto piloto de energia solar apenas para aquecimento de água.

Nesse caso, a geração de energia é para todas as necessidades domiciliares. Em países como Alemanha, Japão, Espanha e Estados Unidos, onde este sistema já funciona, ele chega a representar 10% da matriz energética total.

No Brasil, a microgeração ou minigeração de energia, como é chamado essa

forma de produção, entrou em vigor no dia 17 de dezembro passado, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regulamentou o sistema. Porém, já se mostra uma boa alternativa e vem sendo pensada pelo Estado para ser implantada como projeto piloto neste ano.

Com a regulamentação, qualquer consumidor pode se transformar num produtor de energia, fornecer o seu excedente às concessionárias e ter a conta de luz reduzida.

Para isso, precisa investir entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil, ou mais, dependendo da energia que pretende gerar, e esperar a aprovação do projeto junto à Aneel para se tornar autossuficiente e produtor.